



ARTIGO

Falta de saneamento é uma sina



LUANA PRETTO

Vivemos num país desigual. Parte dessa constatação está escancarada em estudo lançado pela FGV Social, em meados de fevereiro, que inovou ao unir a base de dados do Imposto de Renda da Pessoa Física à base da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, para demonstrar que o Índice de Gini — instrumento que mede a concentração de renda — para o Brasil alcançou 0,7068 em 2020. Na metodologia de cálculo, quanto mais próximo o índice de 1, maior a desigualdade na distribuição da renda. E o Brasil costumeiramente figura entre os países mais desiguais do mundo.

Há quem diga que essa dinâmica social é também resultado da loteria do endereço. A depender de onde alguém nasce, suas chances de desenvolver a vida com mais oportunidades crescem quando comparadas às de quem inicia a

corrida em lugares menos privilegiados.

A falta de saneamento básico no Brasil ajuda a fortalecer essa tese. Quando os dados de acesso são mapeados entre as diferentes regiões, há uma diferença alarmante. O indicador de coleta de esgoto diz que, na Região Sudeste, a cobertura foi de 81,7% em 2021 (dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento), enquanto no Norte ficou em 14%.

O indicador de coleta de esgoto retrata a desigualdade: no Sudeste a cobertura foi de 81,7% em 2021; no Norte ficou em 14%

Curioso é também conferir que nessas regiões há maior disparidade de investimentos para acesso à infraestrutura de saneamento. Enquanto no Sudeste se investiram anualmente, em média, R\$ 95,76 por habitante em 2021, no Norte o volume foi de R\$ 50,25.

O Painel Saneamento Brasil aponta também que no Norte está a maior incidência de internações por doenças de veiculação hídri-

ca. Em 2021, a cada 10 mil habitantes daquela região, 13,24 foram internados em razão desses males. No campo oposto, para o mesmo grupo, apenas 2,32 no Sudeste. No Brasil, enquanto 84,2% da população recebe água tratada, outros 35 milhões de pessoas não têm a mesma garantia. Ainda que pouco mais da metade (55,8%) tenha acesso a serviços de coleta de esgoto, quase 100 milhões não contam com a mesma sorte.

É desumano pensar que a falta de acesso ao saneamento básico ceifou a vida de 1.493 brasileiros, que morreram por doenças de veiculação hídrica em 2021, segundo o DataSUS. Sobretudo sabendo que a ausência dos serviços acentua a propagação de males que seriam facilmente controlados em regiões saneadas.

O saneamento tem consequências positivas, como redução da pobreza, melhoria no desempenho educacional, melhoria na produtividade do trabalho e no potencial turístico dos municípios, na equidade de gênero e, principalmente, na saúde. Caso houvesse universalização no Brasil até 2040, seriam

reduzidos os custos com saúde na ordem de R\$ 25,1 bilhões, como revela o estudo de benefícios socioeconômicos da expansão do saneamento, publicado pelo Instituto Trata Brasil em parceria com a consultoria Ex Ante.

Até 2033, a meta nacional é levar acesso à água tratada para 99% da população e ao menos 90% de esgotamento sanitário a todo o país. Historicamente, o que se tem visto é a postergação de prazos para que soluções sejam oferecidas à sociedade que carece do acesso aos serviços, como ocorreu recentemente, uma vez mais, com a assinatura dos novos decretos que regulamentam o Marco Legal do Saneamento.

Não há tempo a perder. Não há vidas que possam ser perdidas. Saneamento é o básico e precisa estar na ordem do dia, com acesso a todos, a fim de que o endereço onde se nasce não seja o indicador de propulsão ou de limitação da vida.



Luana Pretto é presidente executiva do Instituto Trata Brasil